

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MEDIEVAL

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

IV - Cidade Medieval

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

CIDADE MEDIEVAL

CONFERÊNCIAS

pág. 5

A Cidade na Baixa Idade Média - uma sociedade e um centro

Maria Helena Cruz Coelho

pág. 27

Del Garona al Estrecho. Reflexiones sobre Espacios Urbanos y Sociedad (SIGLOS XI- XIII)

Pascual Martínez Sopena

COMUNICAÇÕES

pág. 49

D. João I e a Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães: Da régia devoção à real proteção

Aires Gomes Fernandes

pág. 77

As respostas da sociedade urbana à pobreza: o exemplo dos hospitais e albergarias de Coimbra entre os séculos XII e XVI

Ana Rita Rocha

pág. 103

Da Ribeira Grande de Santiago à Cidade Velha: a metamorfose de um lugar

José Filipe Pereira Neves da Silva

pág. 127

Forma Urbana y Organización Social de las Ciudades de Repoblación de La Castilla Medieval: Mecanismos de Ocupación y Estructuración del Espacio

José Miguel Remolina Seivane

pág. 157

História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo

Luísa Trindade

pág. 179

População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV

Maria do Carmo Ribeiro

História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo

Luísa Trindade

Universidade de Coimbra

luisa.trindade@fl.uc.pt

Abstract: Inscrito no âmbito disciplinar da História do Urbanismo, este texto tem por base o conceito de cidade como “passado ativo”¹, ou seja, a forma como a matriz da cidade (antiga, medieval ou moderna), persiste na contemporaneidade, mesmo que inevitavelmente reutilizada, preservada ou adulterada, Aí radica a atualidade desta área historiográfica e, por ela, o seu interesse operativo.

O uso da cidade — da vivência quotidiana aos mecanismos de evolução do tecido construído, passando pela crescente pressão de lógicas económicas que tendem a transformar os chamados centros históricos em produtos de consumo rápido e alta rentabilidade — pressupõe, sob pena da tão convocada sustentabilidade, um conhecimento profundo dos ciclos passados. Igualmente importante é que todo esse conhecimento possa ser vertido para outras áreas do saber e atuação, sobretudo relacionadas com os universos intersecantes da preservação, fruição e divulgação do património, ou, numa acepção mais alargada, para o domínio público.

Assim, partindo da especificidade do objecto, propõe-se uma reflexão sobre as formas de descodificação do património urbano — equacionada a partir da figura do centro de interpretação — numa relação necessariamente dialógica com os universos da história, memória(s) e identidade(s), problematizando-se, simultaneamente, a tensão gerada no confronto entre comunicar e interpretar.

¹ Expressão utilizada por Fernando de Tóran e Walter Rossa (Tóran, 2009; Rossa, 2015).

Centrado no âmbito disciplinar da História do Urbanismo, este texto expõe e discute a dificuldade que subsiste em transmitir o conhecimento produzido nesta área a um público não especializado. No caso português, em concreto, e salvo raras exceções, não parece estar a ser feito um investimento suficientemente forte nas formas de tornar claro e compreensível o processo de construção, transformação, valorização e conservação da cidade. O que é em si mesmo um paradoxo face à importância que estas mesmas cidades, sobretudo os seus centros históricos ou núcleos de identidade (Rossa, 2000) — maioritariamente de origem medieval — têm adquirido nos últimos anos, com a massificação turística e o crescimento das indústrias culturais.

Constituídas em objetos de consumo por excelência — e não é objetivo deste texto debater as tensões que tal gera nas comunidades locais ou as discussões que, de forma artificial e quase sempre sustentadas por sentimentos de nostalgia, polarizam argumentos como o bem estar de uns e a sustentabilidade de outros — a imagem dessas cidades permanece, todavia, mal compreendida, senão mesmo opaca, para a esmagadora maioria dos que a usam, dos que aí vivem ou dos que, com maior ou menor frequência, a visitam.

E, na realidade, não é difícil perceber porquê.

Trabalhar património urbanístico implica, quase invariavelmente, explorar uma fração de cidade. Ainda que o tamanho dessa fração possa ser muito variável — uma rua, um bairro, um centro histórico — a sua natureza será sempre múltipla e diversa. O que constitui uma primeira dificuldade. Múltipla, porque composta por diversas partes: não um só edifício mas vários, conjuntos edificados, por vezes bem delimitados e permitindo uma leitura coesa, mais frequentemente intrincados e descontínuos, dificultando a sua identificação. Acresce que qualquer troço de cidade é composto por elementos de natureza diversa: equipamentos públicos e edifícios privados, volumes construídos e espaços de circulação, arquiteturas correntes e repetidas, formando frentes contínuas, e outras únicas e excepcionais, que interrompem a trama anónima e reclamam um maior protagonismo.

A variedade é imensa. Uma equação que se torna ainda mais complexa quando aos espaços associamos as múltiplas dimensões temporais: ao tempo que atua sobre todo o conjunto, *chronos* quotidiano, global e mensurável, somam-se os tempos próprios de cada uma das partes: do velho e do novo, do que se reabilita e do que se renova, do que é abandonado ou até destruído. Lado a lado ou paredes-meias surgem tempos rápidos e intensos, que atuam em grandes extensões, quarteirões inteiros que em prazo recorde são reintegrados no mercado urbano, com outros lentos, pontuais e discretos. O que de alguma forma introduz o último dos factores: o papel dos atores ou agentes, os que em maior ou menor grau determinam os processos, mas também aqueles que, anónimos e em contínuo, o usam e transformam, ora deliberadamente, ora de forma quase inconsciente.

Na realidade, a natureza do património urbanístico coloca uma multiplicidade de problemas que não são necessariamente comuns a outros objetos artísticos.

De escala, em primeiro lugar, pela dificuldade em abarcar o todo. Um conjunto urbano não se encerra numa vitrina, não se coloca sobre um plinto, a não ser no caso de plantas, fotografias ou maquetas, registos abstratos a que recorreremos justamente para colmatar essa impossibilidade de perceber o todo. Não o conseguimos ver num único relance, rodeá-lo e captá-lo nas suas diversas faces, não conseguimos, em última análise, abarcá-lo ou contê-lo, como fazemos a tantos outros objetos. Pelo contrário: é ele que nos abarca e contém. A relação que o corpo humano estabelece com o objecto urbanístico distancia-se profundamente da que experienciamos com tantos outros objetos artísticos. Está muito mais próxima da que desenvolvemos com a arquitetura mas exponencia-a, claro.

Figura 1. A escala urbana e as dificuldades de percepção da cidade enquanto objeto de estudo (à esquerda, fotografia de maqueta de Los Angeles, 1941, Coleção Tom Zimmerman; à direita, fotografia de Nicholas Sack, *Lost in the City*. London: Hoxton Mini Press, 2015)



Uma outra dificuldade decorre das questões de propriedade: ora privada e dependente de cada um, ora pública e a cargo das diversas instituições administrativas. No seu conjunto, a cidade é simultaneamente de todos e de ninguém em concreto. Ao contrário de um quadro ou escultura cuja guarda é entregue a um museu. Aspeto que, por sua vez, se reflete nas questões da conservação e no carácter difuso dessa responsabilidade, sem um curador evidente, na acepção do termo, de curar, tratar.

Acresce que no património urbanístico essa ação de cuidar é tanto mais complexa quanto não podemos resgatar o objeto aos usos da contemporaneidade. Não é possível, com efeito, protegê-lo numa redoma, isolá-lo com um cordão, proibir o toque e os *flashes*, menos ainda a ação de desgaste dos fatores naturais, como fazemos no caso de pequenos objetos, pinturas e esculturas, até mesmo de arquiteturas. O que é, por outro lado, uma imensa vantagem, porque não somos necessariamente confrontados com uma das grandes contradições da patrimonialização: a de “retirar do uso o que deveria fazer parte do curso normal da vida quotidiana”, exibindo o que “é assim classificado como passado fossilizado”, em todo o seu anacronismo e artificialidade (Guerreiro, 2016).

E se isso acontece não é apenas por uma questão de natureza ou escala mas porque o património urbanístico é, ou pode ser, um passado duplamente ativo: um passado ativo, ou melhor, ativado em termos de valor patrimonial, um objeto a que reconhecemos importância, que revestimos de novos significados, portador de memórias e agregador de identidades e que, por isso, elevamos a um estatuto diferente, dignificado e idealmente protegido; mas também um passado ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma e se mantém em atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação imediata ao seu passado.

Duplicidade que se justifica por, na cidade, ao contrário do que é comum dizer-se, o património não surgir apenas ou essencialmente como palimpsesto, sucessivamente apagado e reescrito, ou numa sequência estratigráfica em que as ocupações mais recentes se sobrepõem sistematicamente às mais remotas. Ele evolui e acumula-se configurando uma trama análoga a um hipertexto², em que edifícios ou outras quaisquer estruturas, aqui e ali, como palavras a azul num texto *on line*, nos remetem para outros tempos e realidades. Um exemplo concreto ajudará certamente a compreender melhor a analogia com a hipertextualidade³. Qualquer um de nós pode atravessar o Largo da Oliveira, num espaço-

² As duas metáforas, da cidade como palimpsesto e hipertexto, são cunhadas por Andrés Corboz, a primeira em 1983, a segunda, 10 anos depois, em 1993. Veja-se, sobre isso, o texto de apresentação do livro de Corboz, *Le territoire comme palimpseste et autres essais*, de 2001, da autoria de Sébastien Marot e justamente intitulado *Du palimpseste à hyperville. André Corboz, webmaster de la ville et des territoires*, p. 13-14. Sobre o uso das metáforas de Corboz, veja-se igualmente Rossa, 2015:108.

³ Criado por Ted Nelson (1937-) na década de 1960, o conceito de hipertexto contrapõe-se à linearidade de um texto tradicional, onde se desenvolve (apenas) uma narrativa contínua e sequencial. Ao contrário, e superando essa limitação, o hipertexto caracteriza-se por ter uma estrutura ramificada, proporcionando, através de *jump links*, várias outras narrativas paralelas.

tempo correspondente a Guimarães 2017, contemporâneo portanto, numa sequência linear e sequencial: à esquerda uma pousada, logo depois uma igreja, seguida de um museu. Em frente, um cruzeiro, ruas dotadas de extensas arcadas albergando estabelecimentos comerciais vários envolvem a praça, extensas esplanadas preenchem o centro. Podemos, todavia, fazer esse mesmo percurso de forma muito diferente: acionando elementos específicos, o conjunto igreja-museu e o cruzeiro, — na realidade a colegiada de Santa Maria e o Padrão do Salado — estabelecemos hiperligações para outros tempos e outros contextos, respetivamente a Guimarães da condessa Mumadona Dias ou a Guimarães que Afonso IV escolheu para expressar o seu agradecimento pela vitória sobre as tropas muçulmanas. E como em qualquer pesquisa *on line*, cada um desses novos elementos abre-nos uma enorme quantidade de outros caminhos possíveis.

Figura 2. Largo da Oliveira, Guimarães (fotografia de José Cândido)



Assim, se para uns o património urbanístico pode ser testemunho do passado (leitura em hipertexto, com vários tempos e espaços), para outros é matéria do presente (leitura linear, de um só tempo num só espaço), sujeito a toda a pressão e transitoriedade do urbano. Por isso, onde eu vejo passado, memórias que quero a todo o custo resgatar à ação destrutiva dos homens e do tempo, selecionando-os, conferindo-lhes um estatuto especial e por essa via prolongar-lhes a vida, outros vêm apenas objetos cujo uso, reconfiguração ou substituição é inexorável, por vezes até mesmo desejada.

Tornar este património urbanístico acessível, simplificar a sua complexidade de leitura sem perder a possibilidade de uma aproximação reflexiva e crítica é a questão que me interessa abordar. E é aqui que a figura ou modelo do centro de interpretação (CI) potencia soluções interessantes e eficazes.

Formulado em 1957 pelo norte-americano Freeman Tilden [Malden, 1883 - Nashua, 1980], na obra intitulada *Interpreting our heritage* (Tilden: 1957), o conceito vem sendo ininterruptamente discutido, sendo imenso o volume de obras produzidas, particularmente no mundo académico anglo-saxónico, denunciando um sucesso a que não terá sido alheio o desenvolvimento paralelo da psicologia cognitiva. Reclamando a interpretação como área disciplinar, encontram-se hoje bem definidos os pressupostos teóricos que devem presidir à sua concepção, delimitados os objetivos, identificados os recursos e as ferramentas mais indicadas (Izquierdo Tugas *et al.*, 2005; Ham, 2009 e 2014). Um imenso investimento que o ICOMOS⁴ validou definitivamente em outubro de 2008, quando, na sua 16ª Assembleia Geral, realizada no Quebeque, ratificou a Carta de Ename recomendando a interpretação e apresentação como componentes essenciais na conservação do património.

Não admira, por isso, que o seu número cresça exponencialmente em todo o mundo, não constituindo Portugal uma exceção. Todos nós tivemos já oportunidade de visitar pelo menos um. Despontam por toda a parte e são usados nas mais diversas situações, de forma tão ampla quanto amplo é hoje o conceito de património: do sal à muralha de D. Dinis, no coração de Lisboa, do tapete de Arraiolos à ourivesaria do Norte, das minas romanas à Ponte 25 de Abril, das batalhas históricas aos jardins da Fundação Gulbenkian, a lista é interminável, mesmo circunscrevendo-nos apenas a exemplos nacionais. Constituem uma parte muito significativa da resposta ao fenómeno contemporâneo da obsessão pelo passado ou ao que foi já diagnosticado como uma “doença patrimonial” (Lübbe, 1983; Huyssen, 2000; Guerreiro, 2016).

Tudo pode ser, e é-o, de facto, tratado a partir de um centro de interpretação. Tornou-se vulgar em toda a aceção da palavra. Suscitando reações várias: de enorme entusiasmo a uma quase indiferença, como se fosse algo pouco sério e superficial. Compreender esta última atitude, assume particular importância quando se trata de refletir sobre o potencial e as limitações deste tipo de estrutura de divulgação do património.

Três razões podem justificá-la: em primeiro lugar, pelo facto de o CI não ter por vocação direta o colecionar e expor peças. Com efeito, ao encontrar a sua matéria prima preferencial na informação veiculada por multimédia, perde o efeito de sacralidade que é inerente ao

⁴ International Council on Monuments and Sites. O documento tem por principal objectivo definir “the basic principles of Interpretation and Presentation as essential components of heritage conservation efforts and as a means of enhancing public appreciation and understanding of cultural heritage sites”. The ICOMOS Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites prepared under the auspices of the ICOMOS International Scientific Committee on Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites. [Consultado 9.11.2018]. Disponível em https://www.icomos.org/charters/interpretation_e.pdf

objecto original, valorizado intrínseca e simbolicamente. Em segundo lugar, o CI não vive por si só, encontrando a sua razão de ser numa determinada realidade, seja ela um parque natural, um sítio arqueológico, um centro histórico-artístico. Que significa isto? Que, na sequência do que ficou dito no ponto anterior, o CI pode eventualmente ser dispensado pelo visitante para quem o percurso pelo sítio, disponível logo ali ao lado, é naturalmente o mais significativo. Complementar a visita com o centro de interpretação depende, em última análise, da curiosidade individual, da consciência de que haverá sempre mais para compreender. Por último, mas também indissociável dos pontos anteriores, para um público mais conservador, o uso por vezes quase exclusivo de meios audiovisuais exclui os centros de interpretação dos circuitos patrimoniais de maior tradição, os museus, carregados de uma presumida seriedade que lhes advém tanto da longevidade quanto da dimensão institucional, catalogando, porventura de forma quase inconsciente, os CIs num outro segmento, o dos eventos, das feiras, da diversão e do jogo. Um complemento divertido, portanto. Mas não obrigatório, ou sequer essencial⁵.

É evidentemente possível rebater toda esta argumentação. Como é igualmente evidente o facto de quase todos estes argumentos assentarem em preconceitos, há muito ultrapassados pelo meio da especialidade⁶. Basta para tal salientar, por um lado, como muito CIs incorporam objetos “originais”, ou, por outro, o peso da vertente lúdica e interativa no desenho dos mais recentes circuitos museográficos, tirando igualmente partido de meios audiovisuais altamente sofisticados. E, todavia, a suspeita persiste. Os CIs dificilmente conseguem escapar ao estigma de “parente pobre” das instituições patrimoniais.

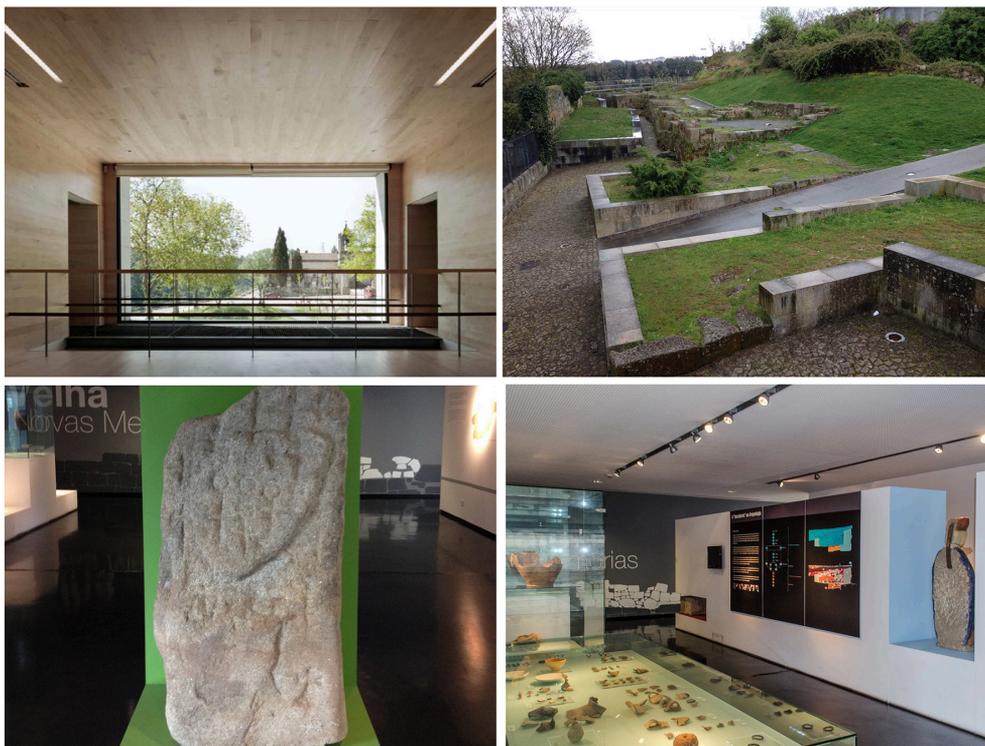
É justamente este debate que me parece importante promover, direcionando-o para a questão do património urbanístico onde o seu potencial é imenso e o seu papel fundamental.

Vimos já como a extensão e a escala são factores que dificultam a percepção. Vimos também como o facto de se encontrar *in situ* implica, fruto das transformações entretanto sofridas e dos usos atuais, uma certa dispersão ou desconexão, tanto estrutural quanto visual.

⁵ Sobre a origem da desvalorização da componente lúdica na matriz cultural do Ocidente Europeu veja-se (André, 2016: 16 segs).

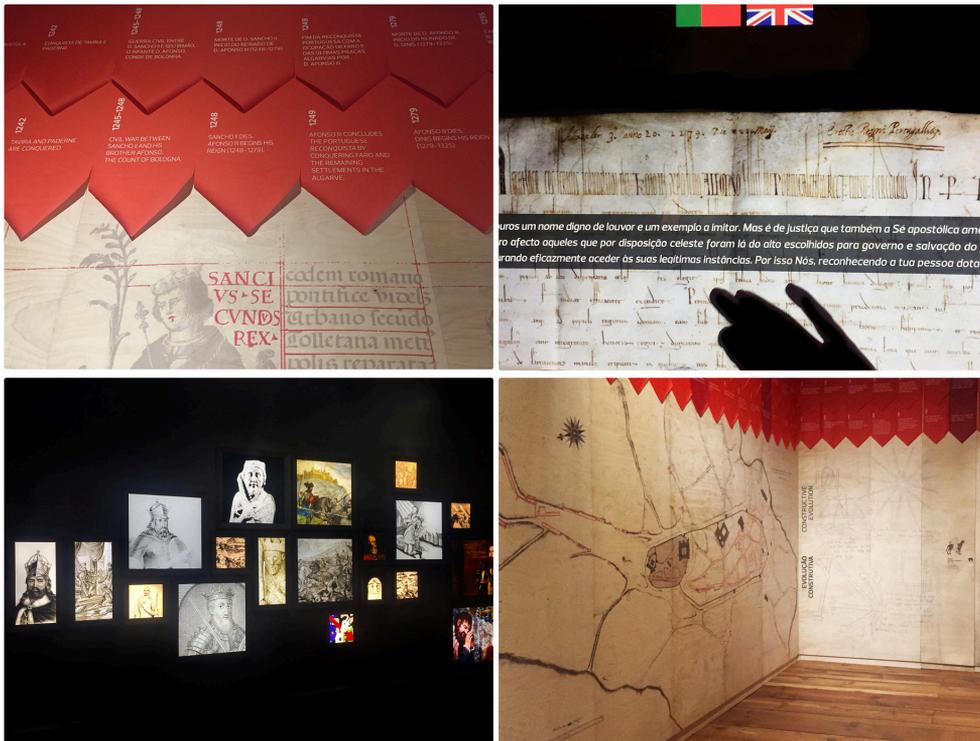
⁶ Sobre as formas como a nova museologia, a partir da década de 1970, incluiu entre as suas preocupações centrais aspetos como a participação dos públicos e a partilha da responsabilidade, veja-se (Carvalho; Falanga, 2016).

Figura 3. Museu da Vila Velha, Vila Real (Trás-os-Montes)



É aqui que o centro interpretativo pode fazer toda a diferença: como centro nodal, congrega a informação mais importante para o entendimento do todo. Surge especialmente vocacionado para promover uma leitura global de realidades extensas que, perdida a sua moldura inicial, surgem agora desarticuladas. Funcionam em paralelo com a visita ao espaço cujo conhecimento promovem, podendo associar-se igualmente a pequenos troços musealizados, sobretudo nos casos em que a sua preservação é mais urgente. O seu objetivo não é o de se substituírem à realidade, pelo contrário, complementam-na, aumentando a qualidade e o potencial da visita.

Figura 4. Centro de Interpretação do Castelo e Vila de Guimarães (Castelo de Guimarães)



De forma clara e apelativa podem estruturar e dosear a informação: em quantidade e profundidade. Desdobrando os planos de comunicação, consegue-se facilmente evitar uma exposição integral, os textos longos que quase sempre assustam o visitante comum, optando-se por deixar à consideração do visitante o volume de informação a absorver⁷.

Permitem, sobretudo, recorrer à exposição cruzada de dados, única forma de tornar o objeto mais acessível: as maquetas, os ortofotomapas, as plantas, fotografias antigas e atuais, trechos de relatos escritos, são elementos que, em conjunto e por confronto, conferem legibilidade e visibilidade ao bem⁸. Porque esse é talvez um dos aspetos mais danosos: a invisibilidade que tão frequentemente atinge este tipo de património.

⁷ Veja-se a solução encontrada no Centro Interpretativo do Castelo e Vila de Guimarães, onde a sobreposição de painéis de madeira, literalmente portas que se abrem e fecham, permite percursos e experiências totalmente diferentes em termos de densidade informativa.

⁸ Sobre as fontes e ferramentas no estudo da História do Urbanismo veja-se (Trindade, 2018).

A cidade de Viana do Castelo, para nos mantermos nas proximidades geográficas, constitui um excelente exemplo disso mesmo. Não pretendo analisar o bem em si mas tão só servir-me dele por forma a compreendermos melhor a distância entre o que vemos, a realidade tangível e imediata, e o que poderíamos “ver”, se sobre aquela estivesse montado um discurso interpretativo.

Viana da Foz do Lima é uma vila nova, fundada no reinado de Afonso III e, nesse sentido, constitui um episódio de um fenómeno muito mais vasto: o da reorganização do território no período pós-reconquista, processo dependente e paralelo ao da centralização do poder régio (Andrade, 2001). Nas mãos dos monarcas, as cidades tornaram-se um instrumento de poder de enorme eficácia. Através delas e dos agentes que o rei nelas colocava, estendeu-se a vontade régia, uniformizaram-se costumes e práticas — da língua à escrita, passando pelas medidas, pela moeda, pelos símbolos — povoaram-se as regiões, rentabilizou-se a terra, defendeu-se o território. Por isso a política de cidades novas: a par da reorganização e desenvolvimento das existentes, criaram-se ou recriaram-se cidades onde (quase) haviam desaparecido ou simplesmente nunca chegaram a vingar. Comprovando o ritmo inédito de tal ação ficou-nos o volume de cartas de foral então outorgadas, os muitos topónimos de Vila Nova, Vila Real, Vila Franca, Vila Boa ou Segura e, sobretudo, as matrizes regulares até hoje impressas no terreno. Estas últimas, mais do que qualquer documento escrito, encerram as pistas capazes de clarificar qualquer processo fundacional. Aspeto em que Viana do Castelo é exemplo paradigmático. A escolha estratégica do local, a composição dos cinco quarteirões paralelos e alinhados, repartidos em lotes de dimensões equitativas pelo povoador de El Rei João Gonçalves, o erguer da muralha, a igreja próxima (S. Salvador do Átrio) o baptismo da povoação, tudo, neste caso, corresponde à rotina de implantação de uma vila nova. E só a essa luz ganha sentido (Trindade, 2013a e 2013b).

É este processo fundacional e a decorrente conjugação de factores que tem implícito — um promotor, o estabelecimento de um conjunto de regras, uma população e uma concretização num tempo curto — que explica o centro histórico de Viana do Castelo e a sua malha regular, um conjunto de ruas rectilíneas e fluídas, claro e geometrizado. Nada mais longe do conceito de cidade medieval ainda hoje genericamente instalado fora dos meios especializados e que tem nas vias estreitas e labirínticas, nas vielas e becos sem saída ou no carácter “desordenado” e pitoresco a sua marca fundamental. Um preconceito que ainda mais contribui para tornar a matriz medieval de Viana invisível. Tanto mais que se encontra hoje camuflada pelo crescimento da malha urbana, pelo desaparecimento da muralha progressivamente engolida pelo casario que se lhe foi encostando, pela construção de uma nova igreja, ou pela recentralização quincentista ocorrida no Campo do Forno, extramuros. Tornar a origem e a evolução perceptível, destacar a importância e o papel da cidade como parte de uma rede, projetar a figura do rei e dos seus agentes, explicar as práticas de urbanização e construção, em síntese, decifrar o que subsiste, é um exercício que se enquadra particularmente bem na vocação de um CI.

A realidade concreta de Viana só se entende quando inserida na realidade geral do reino, enquanto exemplo de uma prática mais vasta, com objectivos transversais. Ou seja, num percurso que nos leva do geral para o particular e deste, de novo, para o primeiro. Percurso que é, afinal, o que concretiza o círculo hermenêutico do conhecimento e que está na base da interpretação, tal como Schleiermacher (1768–1834) o definiu: princípio circular segundo o qual o particular só pode ser entendido a partir do todo, e o todo só pode ser compreendido através das partes (Ablett; Dyer, 2009). Interpretar não é simplesmente o ato de obter uma informação. É sobretudo o ato de estabelecer relações, de conectar o que está disperso, de traduzir o incompreensível. É assim que, tal como Hermes, mensageiro dos Deuses, ajudava os limitados mortais a interpretar as mensagens divinas, a hermenêutica revela e clarifica os significados de uma realidade complexa.

Figura 5. Reconstituição hipotética do núcleo original de Viana do Castelo, com destaque para a constituição das ruas, quarteirões e repartição de parcelas (Trindade, 2013a).



As contribuições posteriores de Heidegger (1889-1976) e Gadamer (1900-2002) contribuíram decisivamente para a abertura e alargamento do referido “círculo hermenêutico” à dimensão cultural da experiência, por um lado, e à importância da inteligência emocional, por outro (Ablett; Dyer, 2009). De forma simples e no que aqui nos importa diretamente, assume-se que o significado não é inerente ao objecto, sendo o receptor que através da mediação cultural lho atribui; que a inteligência racional não é suficiente na percepção do mundo.

Nada de novo, diríamos hoje, nestas duas premissas, quase óbvias. E, todavia, a sua aceitação teórica não é necessariamente vertida na prática. A primeira é frequentemente mitigada, senão mesmo apagada pelo discurso oficial e legitimado, que impõe uma espécie de verdade revelada; a segunda tem-se revelado de equilíbrio particularmente difícil.

Vale a pena desenvolver um pouco estes aspetos.

Percebe-se, pelo que atrás ficou dito sobre o ato de interpretar, que um CI deverá ser sempre um espaço de articulação, onde se clarificam mal entendidos. Tal é o resultado da consciencialização da dimensão cultural e da pluralidade de percepções sobre uma mesma realidade. Assim, e seguindo de novo Gadamer⁹, ao invés de munidos de categorias prévias e valores cristalizados devemos partir para o entendimento através de uma experiência reflexiva em que o processo de compreensão e elaboração se faça pelo confronto e questionamento, razão porque se valorizam as perguntas sobre as respostas. “A hermenêutica tem tudo a ver com o tipo de experiências de sentido que fazemos quando, face ao outro, percebemos que podemos não ter razão” (Portocarrero, 2007: 189). Só assumindo a noção de pluralidade e constructo das nossas categorias e percepções podemos, “ultrapassar perspectivas estreitas e singulares” (Portocarrero, 2007: 189). E, depois de compreender, atuar. A hermenêutica procura simultaneamente ativar e desenvolver a capacidade de decisão, de escolha, de atuação. E esse foi, logo em 1957, um dos eixos estruturantes da obra seminal de Tilden: “*through interpretation, understanding; through understanding, appreciation; through appreciation, protection*” (Tilden, 1957:38). Algo fundamental na vertente do património urbanístico que, como vimos, pela sua própria natureza, tende a ser invisível para os que quotidianamente o usam e sobre ele agem.

Apesar de toda a bibliografia da especialidade reconhecer a reflexão e o questionamento como a matriz dos CIs, e, em consequência, a necessidade de incorporar no seu desenho e funcionamento as comunidades diretamente relacionadas com o bem a interpretar (Araujo, Novela, Trindade, 2018) — aspeto, de novo, tanto mais importante no que ao

⁹ Sobre hermenêutica em Gadamer veja-se os trabalhos de Maria Luísa Portocarrero (Portocarrero, 2007; Portocarrero, 2008).

património urbanístico respeita — deve reconhecer-se como, de forma geral, os centros de interpretação tendem a contornar a componente reflexiva a favor da comunicação unidirecional e monolítica, pronta a consumir sem hesitações. E aqui, importa não nos deixarmos iludir por práticas interativas, assentes em tecnologias que nos induzem a movimentar ou escolher fluxos de informação mas que raramente suscitam o confronto e a contradição. Entre nós não tem sido comum (desejável?) provocar o visitante¹⁰ (Ham, 2009).

O que nos remete para a segunda premissa, a de que a inteligência racional não é suficiente na percepção do mundo, e a forma como, aberta a porta à inteligência emocional, o balanço entre os dois tipos de estímulos se tem revelado de equilíbrio particularmente difícil. Os CIs, não são, com efeito, estruturas isentas de perigos.

Desde o início que os CIs se posicionaram contra a frieza do racionalismo que caracterizava (em tantos casos caracteriza ainda) a prática museológica tradicional. Como expectável, despertar sentimentos e sensações, valorizar a experiência *in situ* apelou à criatividade, à imaginação, ao efeito surpresa. O CI tende a ser, por natureza, persuasivo, sedutor, inspirador. Combinam património, educação e entretenimento, promovendo o já chamado *edutainment*.

O mais relevante, na verdade, não é a presença do entretenimento *per se*, mas se essas práticas, se o jogo em sentido lato, ativa (e em que moldes) o referido círculo hermenêutico. Na verdade, o jogo ou tecnologias interativas podem ter um papel legítimo na interpretação pois permitem no visitante a suspensão temporária da autoconsciência, abrindo caminho para um contacto mais estreito. Com o recurso às tecnologias do hiper-realismo e da simulação criam-se cenários, figuras históricas, acontecimentos. Por vezes, tão ou mais convincentes que a realidade que reproduzem (Solà-Morales, 2016). Ao encenarem o relato dos factos e injetar-lhe vida — movimento, som, cor, cheiro — anulam a distância temporal que os separa do observador, criando uma atmosfera de intimidade e

¹⁰ São ainda muito raros, entre nós, os centros de interpretação vocacionados para a leitura da cidade medieval. Entre eles, merecem destaque dois casos recentes: o núcleo da Vila Velha em Vila Real de Trás os Montes e o Centro de Interpretação do Castelo e Vila de Guimarães. O primeiro resultante das campanhas arqueológicas iniciadas em 1996 e de um amplo investimento realizado no âmbito do *Programa Polis Vila Real*, resgatou parte da estrutura urbana original, quase totalmente desaparecida, pela articulação discursiva montada a partir do museu-centro de interpretação e das estruturas arqueológicas conservadas *in situ*. O segundo, instalado na Torre de Menagem do castelo e aberto ao público desde 2016, dedica um dos seus três núcleos, ao castelo e cidade de Guimarães. Sequências de mapas apoiados em textos qualificados e reproduções de documentos escritos e gráficos oferecem leituras de profundidade, detalhe e problematização diversa, consoante a idade, formação, tempo disponível e curiosidade do visitante. Refira-se igualmente o CI do Castelo de Montemor-o-Novo, inaugurado em 2007 e instalado na Igreja de São Tiago, promovendo o conhecimento da ocupação de toda a colina, desde as primeiras ocupações humanas até à atualidade, com destaque, a estruturação do espaço da vila velha no decorrer dos séculos XIV a XVI. O Núcleo Cidade Muralhada, em Coimbra, ou a Casa do Infante, no Porto, são exemplos mais antigos e talvez por isso menos explorados em termos de potencial, o primeiro subaproveitado e a reclamar um reinvestimento urgente, o segundo, pese embora algumas componentes de grande qualidade, de que a maquete da cidade ou a musealização de troços urbanos romanos e medievais são exemplo maior, por alguma sobrecarga informativa.

quase participação¹¹. Algo que também não é conseguido pelo museu tradicional onde o visitante é permanentemente lembrado do tempo que o separa de um mundo que acabou e que lhe é agora artificialmente mostrado numa vitrine ou parede de museu.

Figura 6. Lisboa Story Centre - Memórias da Cidade, Lisboa.



Mas que não deixa de ser uma cilada em potência pois a coberto de uma experiência inofensiva ou inócua, revestida de contornos eminentemente lúdicos e divertidos, convoca muito mais os sentidos do que a razão, promovendo no observador um consumo fácil e de alguma forma acrítico¹². Ao abandonar os sistemas referenciais tradicionalmente associados ao discurso científico e académico — testemunhos escritos, vestígios arqueológicos e materiais — ou a relação distanciada e mediada entre o visitante e a peça, corre-se o risco de suscitar no receptor uma menor consciência entre o real e o virtual. Valoriza-se a singularidade da experiência sobre o processo de interpretação, o ato de transmissão

¹¹ A chamada "compressão do espaço-tempo" a partir da qual se "dilui a noção do que é passado e do que é presente, construindo-se um tempo outro que é feito da simultaneidade de todos os tempos, subtraído a qualquer sentido do antes e do depois, das continuidades e descontinuidades (Guerreiro: 2016). O conceito, cunhado por David Harvey (1935–) na obra *The Condition of Postmodernity*, e inicialmente aplicado à economia capitalista como sendo um dos principais motores da globalização, foi depois utilizado por John Urry na análise dos fenómenos de mobilidade que marcam as sociedades contemporâneas.

¹² Fenómeno de relaxamento que já Aristóteles e S. Tomás de Aquino atribuíam ao jogo (André, 2016).

sobre o conteúdo. A imagem torna-se mais real que a realidade em si mesma (Foncuberta, 1997), criando facilmente um jogo de espelhos entre realidade e representação. Por outro lado a memória que ativam é sobretudo a prótética, isto é, a memória construída a partir de próteses, da mediação de objetos de diferente tipo, como as imagens fotográficas, cinematográficas (Ribeiro, 2015).

Figura 7. PO.RO.S - Museu Portugal Romano em Sicó, Condeixa-a-Nova



Em suma, ao adotar as técnicas da ficção, a história — e os CIs — aproximam-se perigosamente de um ato que a língua inglesa expressa bem melhor que a portuguesa: *turn History into a story*. Um perigo para que, conscientes da impossibilidade de negar a sociedade do espetáculo e a mercantilização da cultura, urge alertar e por essa forma contribuir para que os CIs promovam uma descodificação cultural e socialmente situada, dialógica e crítica, da cidade portuguesa. Usá-los claro, porque são a nossa matéria prima, mas sujeitando essa ação a uma apertada e constante vigilância epistemológica.

Bibliografia

ABLETT, Phillip Gordon; DYER, Pamela Kay (2009). Heritage and hermeneutics: towards a broader interpretation of interpretation. *Current Issues in Tourism*. 12:3, 209-233.

ANDRADE, Amélia Aguiar (2001). *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte.

ANDRÉ, João Maria (2016). *Jogo, corpo e teatro. A arte de fazer amor com o tempo*. Coimbra: Angelus Novus Editora.

ARAUJO, Renata, NOVELA, Milton; TRINDADE, Luísa (2018). O Centro interpretativo da Ilha de Moçambique. In ROSSA, Walter; GONÇALVES, Nuno; LOPES, Nuno, Coord. *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 217-230.

CARVALHO, Ana; FALANGA Roberto (2016). Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património. In Carvalho, Ana, coord. *Participação: Partilhando a Responsabilidade*. Lisboa: Acesso Cultura, p. 29–44.

CORBOZ, André (2001). *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Les Éditions de L'imprimeur.

FONCUBERTA, Joan (1997). *El beso de Judas. Fotografía y verdade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

GUERREIRO, António (2016). O Património e os Media. *Revista Punkto*, [caderno#04] *Souvenirs de Porto \ A cidade e o turismo*.

HAM, Sam (2009). From Interpretation to Protection: Is There a Theoretical Basis? *Journal of interpretation research* 14 (2).

HAM, Sam (2014). *Interpretación. Para marcar la diferencia intencionadamente*. Asociación para la Interpretación del Patrimonio.

HUYSEN, Andreas (2000). Present Pasts: Media, Politics, Amnesia. *Public Culture* 12(1), 21-38. Duke University Press.

IZQUIERDO TUGAS, Pere; JUAN TREESSERRAS, Juan; MATAMALA MELLIN, Juan Carlos, eds. (2005). *The Hicira handbook: heritage interpretation centres*. Barcelona: Diputació de Barcelona.

MORALES, Jorge; HAM, Sam H. (2008). ¿A qué interpretación nos referimos? *Boletín de Interpretación* 19, 4-7.

PORTOCARRERO, Luísa (2008). A Hermenêutica como sabedoria prática: entre Gadamer e Ricoeur. *Investigaciones fenomenológicas*. Anuario de la Sociedad Española de Fenomenología, 6, 267-282.

- PORTOCARRERO, Maria Luísa (2007). Hermenêutica: questão de método ou filosofia prática? In FERRER, Diogo, coord. - *Método e métodos do pensamento filosófico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 181-238.
- RIBEIRO, António Sousa (2015). Memória. In Rossa, Walter; Ribeiro, Margarida Calafate orgs. *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 81-94.
- ROSSA, Walter (2000). História do Urbanismo e Identidade. A arte inconsciente da comunidade. *História*, 27, 40-47.
- ROSSA, Walter (2015). *Fomos condenados à cidade. Uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de (2016). Património arquitectónico ou parque temático. *Revista Punkto*, [caderno#04] *Souvenirs de Porto \ A cidade e o turismo*.
- TERÁN, Fernando de (2009). *El pasado activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal. 2009.
- TILDEN, Freeman (1957). *Interpreting our Heritage*. University of North Carolina Press.
- TRINDADE, Luísa (2013a). *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TRINDADE, Luísa (2013b). A Malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução”. In COELHO, Carlos Dias, org. - *Os Elementos Urbanos*, I. Lisboa: Argumentum, p. 31-53.
- TRINDADE, Luísa (2018). História do Urbanismo: investigação, fontes e instrumentos. In ANDRADE, Amélia Aguiar et al. (eds.) - *Espaços e poderes nas cidades da Europa Medieval*. Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, p. 39-77.
- URRY, John (2001). *Globalising the Tourist Gaze*. Lancaster: Lancaster University Department of Sociology.